

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	8
DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024	9
Demonstração de Valor Adicionado	10
Comentário do Desempenho	11
Notas Explicativas	15

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	28
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	29
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	30

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.088.000.000
Preferenciais	0
Total	1.088.000.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	479.347	466.529
1.01	Ativo Circulante	107.603	97.141
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	56.869	56.499
1.01.02	Aplicações Financeiras	11.645	9.958
1.01.03	Contas a Receber	32.609	25.625
1.01.03.01	Clientes	32.609	25.625
1.01.03.01.01	Contas a receber das operações	32.602	25.623
1.01.03.01.02	Contas a receber de partes relacionadas	7	2
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.884	2.560
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.596	2.499
1.01.07.01	Despesas antecipadas e outros créditos	3.596	2.499
1.02	Ativo Não Circulante	371.744	369.388
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	27.357	27.948
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	27.328	27.919
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	29	29
1.02.01.10.06	Outros créditos	29	29
1.02.03	Imobilizado	1.344	97
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	67	0
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	87	97
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.190	0
1.02.04	Intangível	343.043	341.343
1.02.04.01	Intangíveis	343.043	341.343
1.02.04.01.02	Intangível	332.658	331.889
1.02.04.01.03	Infraestrutura em construção	10.385	9.454

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	479.347	466.529
2.01	Passivo Circulante	123.016	116.989
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.251	9.744
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.315	1.464
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	5.936	8.280
2.01.02	Fornecedores	15.078	18.081
2.01.03	Obrigações Fiscais	7.143	4.388
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.877	2.255
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	4.706	1.919
2.01.03.01.02	Obrigações parceladas	171	336
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.266	2.133
2.01.03.03.01	ISS a recolher	2.266	2.133
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	50.095	50.026
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	50.095	50.026
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	50.095	50.026
2.01.05	Outras Obrigações	43.449	34.750
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	40.731	32.767
2.01.05.02	Outros	2.718	1.983
2.01.05.02.05	Outras obrigações com o Poder Concedente	1.166	1.166
2.01.05.02.07	Outras obrigações	1.507	772
2.01.05.02.09	Passivo de arrendamento	45	45
2.02	Passivo Não Circulante	652.117	666.452
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	632.087	641.112
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	632.087	641.112
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	632.087	641.112
2.02.02	Outras Obrigações	7.020	8.073
2.02.02.02	Outros	7.020	8.073
2.02.02.02.04	Fornecedores	3.716	4.759
2.02.02.02.05	Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	3.256	3.256
2.02.02.02.06	Passivo de arrendamento	48	58
2.02.04	Provisões	13.010	17.267
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	13.010	17.267
2.03	Patrimônio Líquido	-295.786	-316.912
2.03.01	Capital Social Realizado	1.088.000	1.088.000
2.03.02	Reservas de Capital	223	202
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.384.009	-1.405.114

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2025 à 31/03/2025	Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	103.113	64.633
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-47.690	-86.706
3.02.01	Custo de construção	-1.731	-2.719
3.02.02	Serviços	-24.072	-43.941
3.02.03	Custos contratuais	-4.785	-4.574
3.02.04	Depreciação e amortização	-11	-13.746
3.02.05	Custo com pessoal	-13.004	-11.983
3.02.07	Materiais, equipamentos e veículos	-2.470	-8.437
3.02.08	Outros	-1.617	-1.306
3.03	Resultado Bruto	55.423	-22.073
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-13.429	-31.988
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-13.429	-31.988
3.04.02.01	Serviços	-6.399	-2.345
3.04.02.02	Depreciação e amortização	-1	-1.250
3.04.02.03	Despesas com pessoal	-4.232	-4.260
3.04.02.04	Materiais, equipamentos e veículos	-351	-131
3.04.02.05	Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos	-180	-161
3.04.02.06	Reversão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	4.257	50
3.04.02.07	Água, luz, telefone, internet e gás	-229	-204
3.04.02.10	Outras receitas (despesas) operacionais	-1.243	-2.076
3.04.02.12	Estimativa de perda Lei n.º 13.448/17	0	-21.305
3.04.02.13	Provisão para perda esperada - contas a receber	-4	0
3.04.02.15	Indenização civil e trabalhista	-5.047	-306
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	41.994	-54.061
3.06	Resultado Financeiro	-16.092	-41.781
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	25.902	-95.842
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-4.797	-1.220
3.08.01	Corrente	-4.797	0
3.08.02	Diferido	0	-1.220
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	21.105	-97.062
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	21.105	-97.062
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,0194	-0,08921
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,0194	-0,08921

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
4.01	Lucro Líquido do Período	21.105	-97.062
4.03	Resultado Abrangente do Período	21.105	-97.062

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2025 à 31/03/2025	01/01/2024 à 31/03/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	29.887	21.854
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	40.335	-65.749
6.01.01.01	Prejuízo líquido do período	21.105	-97.062
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	1.220
6.01.01.03	Depreciação e amortização	2	14.996
6.01.01.04	Baixa do ativo imobilizado	0	297
6.01.01.05	Juros e variação monetária sobre financiamentos	16.912	15.625
6.01.01.06	Depreciação - arrendamento	10	0
6.01.01.10	Variação cambial com fornecedores estrangeiros	1	0
6.01.01.12	Ajuste a valor presente do arrendamento	2	0
6.01.01.13	Comissão de fianças com partes relacionadas	1.360	1.395
6.01.01.14	Constituições líquidas de rev. e atual. para prov. de riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	1.331	639
6.01.01.15	Provisão para perda esperada - contas a receber das operações	4	0
6.01.01.16	Juros sobre impostos parcelados	5	17
6.01.01.17	Rendimento de aplicação financeira	-418	-133
6.01.01.18	Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações	21	20
6.01.01.19	Estimativa Lei n°13.448/17	0	21.305
6.01.01.20	Remuneração do ativo financeiro	0	-24.068
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-10.448	87.603
6.01.02.01	Contas a receber das operações	-6.983	629
6.01.02.02	Contas a receber de partes relacionadas	-5	-37
6.01.02.03	Tributos a recuperar	-324	-584
6.01.02.04	Contas a receber do Poder Concedente	0	87.774
6.01.02.06	Despesas antecipadas e outros créditos	-1.097	-3.637
6.01.02.07	Fornecedores	-4.047	-5.192
6.01.02.08	Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	6.604	4.252
6.01.02.09	Imposto de renda e contribuição social a pagar	4.877	-843
6.01.02.11	Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	-2.127	0
6.01.02.15	Obrigações sociais e trabalhistas	-2.493	378
6.01.02.16	Outras obrigações	735	5.552
6.01.02.17	Pagamento da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	-5.588	-689
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-3.637	-3.209
6.02.01	Aquisição de ativo imobilizado	-1.226	-575
6.02.02	Adições do ativo intangível	-1.733	-2.722
6.02.04	Aplicação na conta reserva	591	235
6.02.10	Aplicações financeiras líquidas de resgate	-1.269	-147
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-25.880	-26.557
6.03.03	Empréstimos e Financiamentos (Pagamento de principal)	-12.282	-12.159
6.03.06	Empréstimos e Financiamentos (Pagamento de juros)	-13.586	-14.398
6.03.07	Arrendamento (Pagamento de principal e juros)	-12	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	370	-7.912
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	56.499	91.837

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	56.869	83.925

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.088.000	202	0	-1.405.114	0	-316.912
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.088.000	202	0	-1.405.114	0	-316.912
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	21	0	0	0	21
5.04.08	Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações	0	21	0	0	0	21
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	21.105	0	21.105
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	21.105	0	21.105
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.088.000	223	0	-1.384.009	0	-295.786

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.088.000	82	0	-1.028.578	0	59.504
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.088.000	82	0	-1.028.578	0	59.504
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	20	0	0	0	20
5.04.08	Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações	0	20	0	0	0	20
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-97.062	0	-97.062
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-97.062	0	-97.062
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.088.000	102	0	-1.125.640	0	-37.538

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2025 à 31/03/2025	01/01/2024 à 31/03/2024
7.01	Receitas	113.181	71.416
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	112.588	71.416
7.01.02	Outras Receitas	597	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-4	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-43.144	-86.697
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-32.188	-57.854
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-9.225	-26.124
7.02.04	Outros	-1.731	-2.719
7.02.04.01	Custo de construção	-1.731	-2.719
7.03	Valor Adicionado Bruto	70.037	-15.281
7.04	Retenções	-12	-14.996
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-12	-14.996
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	70.025	-30.277
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.444	2.713
7.06.02	Receitas Financeiras	2.444	2.713
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	72.469	-27.564
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	72.469	-27.564
7.08.01	Pessoal	14.899	13.808
7.08.01.01	Remuneração Direta	9.942	10.229
7.08.01.02	Benefícios	4.370	2.994
7.08.01.03	F.G.T.S.	587	585
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	16.658	10.475
7.08.02.01	Federais	10.933	5.003
7.08.02.02	Estaduais	226	271
7.08.02.03	Municipais	5.499	5.201
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	19.807	45.215
7.08.03.01	Juros	18.529	44.485
7.08.03.02	Aluguéis	1.278	730
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	21.105	-97.062
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	21.105	-97.062

Comentário do Desempenho

1. ANÁLISE DE DESEMPENHO OPERACIONAL MSVIA

Janeiro a Março/2025

A MSVia (“CCR MSVia” ou “Companhia” ou “Concessionária”) é uma sociedade por ações controlada pela Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A. (“Motiva”), a qual detém diretamente 100% do capital social da Companhia.

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB), incluem também as disposições da lei n.º 6.404/1976 e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis para a apresentação das informações financeiras intermediárias e as comparações são referentes ao 1T2024.

1.1 - Principais destaques

Em 11 de março de 2025, foi celebrado o 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, firmado pela Companhia com a União, por intermédio da ANTT (“4º Aditivo”). Este aditivo prorroga a vigência, se estendendo até o início da vigência de um novo termo aditivo de modernização do Contrato de Concessão, ou até a efetiva implementação da solução consensual alcançada no âmbito do Tribunal de Contas da União, conforme Acórdão - Plenário do Tribunal de Contas da União n.º 2.434/2024. Durante a vigência do Aditivo a Companhia continuará a prestar os serviços de manutenção, conservação, operação e monitoração na rodovia.

1.2 - Análise do demonstrativo de resultado trimestral

Receita bruta operacional

Receita bruta [R\$ mil]	1ºT25	1ºT24	Var.%
Receita de pedágio	108.408	42.286	156,4%
Receitas acessórias	2.449	2.343	4,5%
Receita de construção	1.731	2.719	-36,3%
Receitas de remuneração de ativo financeiro	-	24.068	-100,0%
Receita bruta total	112.588	71.416	57,7%
Deduções	(9.475)	(6.783)	39,7%
Receita líquida total	103.113	64.633	59,5%

Receita de pedágio: A Companhia registrou um aumento de 156,4% no 1T25 em relação ao 1T24, reflexo da contabilização do excedente tarifário no período anterior — efeito que deixou de existir na contabilidade da Companhia após a assinatura do Termo de Autocomposição.

Receitas acessórias: Aumento de 4,5% no 1T25 em comparação ao 1T24 devido reajuste anual dos contratos de utilização da faixa de domínio, redes de telefonia, fibra óptica, água, esgoto e energia elétrica.

Comentário do Desempenho

Receita de construção: Redução de 36,34% dos investimentos no 1T25 em comparação ao 1T24, devido ao atraso na entrega dos projetos de obras Ampliação da Capacidade da Rodovia no 1T25.

Receitas de remuneração de contas a receber do Poder Concedente: Em decorrência da assinatura do Termo de Autocomposição, fruto da solução consensual entre ANTT, TCU e Motiva, esse efeito deixou de ser registrado na contabilidade da Companhia.

Deduções: Aumento de 39,69% no 1T25 em comparação com o 1T24, devido ao aumento de tráfego de veículos equivalente em 2025.

Custos e despesas totais

Indicadores [R\$ mil]	1ºT25	1ºT24	Var.%
Custo de construção	1.731	2.719	-36,3%
Depreciação e amortização	12	14.996	-99,9%
Custos contratuais	4.785	4.574	4,6%
Serviços de terceiros	30.471	46.286	-34,2%
Custo com pessoal	17.236	16.243	6,1%
Materiais, gastos gerais e outros	6.884	12.571	-45,2%
Provisão para perdas MSVia (adesão à Lei 13.448/17)	-	21.305	-100,0%
Custos e despesas totais	61.119	118.694	-48,5%

Os custos e as despesas totais apresentaram uma redução de 48,5% no 1T25 em comparação ao 1T24, devido a menor execução dos serviços de conservação do pavimento e a não contabilização da provisão para perdas relacionadas à adesão à Lei nº 13.448, que deixou de ser registrada após a assinatura do Termo de Autocomposição, resultante da solução consensual entre ANTT, TCU e Motiva.

Custo de construção: Redução de 36,34% dos investimentos no 1T25 em comparação ao 1T24, devido ao atraso na entrega dos projetos de obras Ampliação da Capacidade da Rodovia no 1T25.

Depreciação e amortização: No 1T25, houve uma redução de 99,9% em relação ao 1T24, em decorrência da assinatura do Termo de Autocomposição, fruto da solução consensual entre ANTT, TCU e Motiva, que prevê a reformulação do Contrato de Concessão com um novo prazo para tais efeitos.

Custos contratuais: Referem-se à verba contratual de Fiscalização (paga à ANTT) e à verba destinada ao aparelhamento da Polícia Rodoviária Federal (PRF). Além disso, fazem parte todos os seguros previstos no contrato de concessão, dentre os quais o do patrimônio existente (*All Risks*), o das novas obras (riscos de engenharia), bem como responsabilidade civil e seguro garantia.

Serviços de terceiros: Este grupo se refere aos itens de prestadores de serviços, tiveram redução de 34,2% no 1T25, devido principalmente a desmobilização da empresa que executa serviços de conservação do pavimento por iniciativa própria, a contratação para substituição da empresa está em fase de conclusão.

Comentário do Desempenho

Custos com pessoal: Os custos com pessoal sofreram aumento de 6,1% no 1T25 em comparação ao 1T24, devido a reajustes salariais e de benefícios, após aprovação do acordo coletivo.

Materiais, gastos gerais e outros: Redução de 45,2% no 1T25 em relação ao 1T24, referente aos materiais para reparo em sinistro ocorrido na rodovia em 2024.

Provisão para perdas MSVia (adesão à Lei n.º 13.448/17): Em decorrência da assinatura do Termo de Autocomposição, fruto da solução consensual entre ANTT, TCU e Motiva, esse efeito deixou de ser registrado na contabilidade da Companhia.

EBITDA e EBIT

Reconciliação EBITDA [R\$ mil]	1ºT25	1ºT24	Var. %
Lucro (prejuízo) líquido	21.105	(97.062)	-121,7%
(+) IR/CS	4.797	1.220	293,2%
(+) Resultado financeiro	16.092	41.781	-61,5%
(+) Depreciação e amortização	12	14.996	-99,9%
EBITDA (a)	42.006	(39.065)	-207,5%
<i>Margem EBITDA Ajustado (a)</i>	<i>40,74%</i>	<i>-60,44%</i>	<i>101,2 p.p.</i>

Reconciliação EBIT [R\$ mil]	1ºT25	1ºT24	Var. %
Lucro (prejuízo) líquido	21.105	(97.062)	-121,7%
(+) IR/CS	4.797	1.220	293,2%
(+) Resultado financeiro	16.092	41.781	-61,5%
EBIT (a)	41.994	(54.061)	-177,7%
<i>Margem EBIT Ajustado (b)</i>	<i>41,42%</i>	<i>-87,32%</i>	<i>129 p.p.</i>

(a) Cálculo efetuado segundo Instrução CVM n.º 156/2022;

(b) As margens EBITDA e EBIT ajustadas foram calculadas sobre a receita líquida, excluindo-se a receita de construção.

Resultado Financeiro	1ºT25	1ºT24	Var. %
Despesas financeiras	(18.536)	(44.494)	-58,3%
Juros e variações monetários sobre financiamentos	(16.912)	(15.625)	8,2%
Juros sobre obrigações parceladas	(5)	(17)	-70,6%
Variação monetária sobre o excedente tarifário e TAC Multas	-	(27.204)	-100,0%
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(1.619)	(1.648)	-1,8%
Receitas financeiras	2.444	2.713	-9,9%
Rendimento sobre aplicações financeiras	2.343	2.630	-10,9%
Juros e outras receitas financeiras	101	83	21,7%
Resultado financeiro líquido	(16.092)	(41.781)	-61,5%

Variação monetária sobre o excedente tarifário: Devido a assinatura do Termo de Autocomposição objeto da Solução consensual entre ANTT x TCU e Motiva esse efeito não existe mais na contabilidade de Companhia.

Comentário do Desempenho

2. Fatos relevantes sobre o Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU)

No comparativo 1T25 e 1T24, observou-se uma redução significativa no índice de mortalidade (-9,4%) e redução no índice de acidentes (-0,4%) devido o compromisso da Companhia, em consonância com o Programa de Redução de Acidentes (PRA), o qual inclui a vigilância e intervenções em pontos identificados como mais propensos a acidentes, trabalha continuamente visando diminuir tanto a frequência quanto a gravidade desses eventos quanto aprimorar a Segurança Viária.

Na BR-163/MS, a Companhia tem promovido campanhas educativas, medidas de engenharia viária e ações coercitivas desde 2014, além de intervenções específicas durante feriados prolongados e eventos como o Maio Amarelo e a Semana Nacional do Trânsito. Adicionalmente, são realizadas Micro Ações, uma inovação implementada em 2019, que consistem em intervenções rápidas realizadas pelas equipes de atendimento em pontos críticos ao longo da rodovia. Também são conduzidas palestras em empresas próximas, postos de serviços, comunidades e escolas, com suporte de sistemas inteligentes (ITS), incluindo o PMV (painéis de mensagens fixos e móveis) para divulgação de mensagens educativas em tempo real e o CFTV (circuito fechado de TV) para monitoramento da via, contribuindo para uma gestão mais eficaz das ações preventivas, aumento da segurança viária e otimização dos recursos. Todas essas iniciativas visam conscientizar a população sobre a importância da redução de acidentes.

TOTAL DE ACIDENTES	1ºT25	1ºT24	Var.%
Total acidentes	414	424	-2,3%
Índice de acidentes - Ia	0,79	0,80	-0,4%
Índice de Mortalidade - Im	1,53	1,69	-9,4%

3. Considerações finais

As informações trimestrais – ITR da Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A., aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

4. Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 31 da Resolução CVM n.º 80 de 29 de março de 2022 conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. ("GT") sobre as informações trimestrais da Companhia, emitido nesta data, e com as respectivas informações trimestrais, relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2025.

Campo Grande, 8 de maio de 2025.

A Diretoria

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais (ITR) findas em 31 de março de 2025

Os saldos apresentados em Reais nestas ITRs foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

1. Contexto operacional

A Companhia tem por objeto social específico e exclusivo, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço da rodovia BR-163/MS, nos termos do contrato de concessão celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), em decorrência do leilão objeto do edital de concessão n.º 005/2013 ("contrato de concessão"). A sede está localizada na avenida Zilá Corrêa Machado, número 5.600, no bairro Moreninha, na cidade de Campo Grande, no Estado de Mato Grosso do Sul.

Em 10 de junho de 2021, foi assinado o Termo Aditivo n.º 1 ao contrato de concessão, com o objetivo de estabelecer as obrigações relativas à relicitação, para o trecho concedido da BR-163/MS, entre a divisa do Estado do Mato Grosso e a divisa com o Paraná.

A vigência do Aditivo é de até 24 meses, contados a partir da publicação do Decreto n.º 10.647/2021, em 11 de março de 2021.

Em 20 de janeiro de 2022, foi realizada reunião de Diretoria Colegiada da ANTT, que aprovou o 2º Termo Aditivo ao contrato de concessão. Em 7 de fevereiro de 2022, o 2º Termo Aditivo ao contrato de concessão foi assinado pelas partes com a alteração do PER – Plano de Exploração da Rodovia, compatibilizando os parâmetros das obrigações da Companhia após o enquadramento no processo de relicitação.

Em 10 de março de 2023, foi celebrado o 3º Termo Aditivo ao contrato de concessão entre a Companhia e o Poder Concedente, com o objetivo de prorrogar a vigência da concessão, passando o término do contrato para até 12 de março de 2025, garantindo a continuidade e a segurança dos serviços essenciais aos usuários.

Em 18 de dezembro de 2024, a União, por intermédio do Ministério dos Transportes ("MT") e a Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), celebraram, com a interveniência do Tribunal de Contas da União ("TCU") e da Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A., controladora da Companhia, o Termo de Autocomposição decorrente da solução consensual para a resolução das controvérsias relativas ao contrato de concessão do Sistema Rodoviário da BR-163/MS, em conformidade com o Acórdão Plenário – TCU n.º 2.434/2024.

Após consulta pública, as ações da Companhia serão ofertadas ao mercado, por meio de um processo competitivo na Bolsa de Valores (B3), sendo permitido que a Controladora direta Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A. participe do leilão.

Com a conclusão do processo competitivo, será celebrado o aditivo de modernização do contrato de concessão.

Em 11 de março de 2025, foi celebrado o 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, firmado pela Companhia com a União, por intermédio da ANTT ("4º Aditivo"). Este aditivo prorroga a vigência, se estendendo até o início da vigência de um novo termo aditivo de modernização do Contrato de Concessão, ou até a efetiva implementação da solução consensual alcançada no âmbito do Tribunal de Contas da União, conforme Acórdão - Plenário do Tribunal de Contas da União n.º 2.434/2024. Durante a vigência do Aditivo a Companhia continuará a prestar os serviços de manutenção, conservação, operação e monitoração na rodovia.

A Companhia conta com suporte financeiro do acionista controladora final Motiva.

Notas Explicativas

1.1. Outras informações relevantes – Processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragem relacionados a questões do contrato de concessão

A Companhia é parte em processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragens, relacionados a questões do contrato de concessão.

Os processos administrativos-regulatórios são os instrumentos formais pelos quais ocorre a interação entre a Companhia e o Poder Concedente (como uma relação de prestador de serviço com o cliente) a respeito de temas diversos relativos ao contrato de concessão, abrangendo, mas não se limitando a questões que afetam a interpretação contratual e o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Tais processos administrativos-regulatórios podem ser iniciados por qualquer das partes, e neles são apresentados e debatidos temas técnicos, regulatórios, contratuais e jurídicos de naturezas diversas sobre a dinâmica da concessão. Durante a sua tramitação, tais processos trazem posições preliminares ou não definitivas a respeito das expectativas de direito de cada parte solicitante. Decisões administrativas devem ser proferidas observando a legislação própria de regência e os próprios contratos de concessão e, de uma forma geral, podem ser objeto de revisão judicial ou arbitral.

As naturezas dessas discussões contratuais tipicamente envolvem reajustes tarifários, eventos de força maior, modificações no momento de execução ou no escopo de obras previstas no contrato de concessão, controvérsias sobre o cumprimento ou não de requisitos contratuais específicos ou ainda sua forma de mensuração.

Existem incertezas relacionadas à mensuração dos processos regulatórios, dentre elas: (i) o entendimento de cada uma das partes sobre o tema, (ii) negociações ou suas evoluções subsequentes, que alteram substancialmente os valores envolvidos, (iii) a complexidade de mensuração, que comumente envolvem perícias técnicas, (iv) elevada probabilidade de que temas diversos sejam avaliados e solucionados de forma conjunta, pelo respectivo saldo líquido dos pleitos reconhecidos de cada parte, e (v) a forma da liquidação.

As resoluções finais sobre os temas regulatórios podem se dar de diversas formas, não excludentes, tais como: i) recebimento ou pagamento em caixa; ii) extensão ou redução de prazo contratual da concessão; iii) redução ou incremento de compromisso de investimentos futuros, aumento ou redução da tarifa.

Além disso, reequilíbrios recebidos sob a forma de aumento ou redução tarifária são reconhecidos à medida em que o serviço é prestado pela concessionária, assim como, reequilíbrios sob a forma de redução ou aumento de compromissos de investimentos futuros, que, por serem contratos executórios, serão reconhecidos no momento da realização da obra de melhoria da infraestrutura.

O acionista controlador e a administração da Companhia reiteram a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis ao contrato de concessão.

A administração reitera sua confiança nos procedimentos legais vigentes aplicáveis ao contrato de concessão e avalia o risco de perda das discussões relacionadas a questões regulatórias do contrato como sendo remoto e/ou sem expectativa de desembolso de caixa.

Bens reversíveis

No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, tenha sido devidamente autorizada pelo Poder Concedente.

Notas Explicativas

2. Apresentação das ITR

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstrações Intermediárias e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB). Incluem também as disposições da Lei n.º 6.404/1976 e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Estas ITRs devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das ITRs estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 8 de maio de 2025, foi autorizada pela Administração da Companhia a emissão destas ITRs.

3. Políticas contábeis materiais

Neste trimestre não ocorreram mudanças nas principais políticas contábeis materiais e, portanto, mantém-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

4. Determinação dos valores justos

Neste trimestre não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Neste trimestre não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros.

6. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa	31/03/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	14.725	14.679
Aplicações financeiras enquadradas como equivalentes de caixa (a)	42.144	41.820
Total	56.869	56.499
Aplicações financeiras	31/03/2025	31/12/2024
Circulante	11.645	9.958
Aplicações financeiras (a)	11.645	9.958
Não circulante	27.328	27.919
Conta reserva (b)	27.328	27.919
Total	38.973	37.877

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 99,58% do CDI, equivalente a 11,22% a.a., em 31 de março de 2025 (97,98 do CDI, equivalente a 10,65% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2024).

- (a) Compreende substancialmente aplicações em fundo de investimento exclusivo e CDB; e
- (b) Destinada a atender obrigações contratuais de longo prazo relacionadas aos financiamentos (nota explicativa n.º 14).

Notas Explicativas**7. Contas a receber****7.1. Contas a receber líquidas**

	31/03/2025	31/12/2024
Circulante	32.602	25.623
Contas a receber das operações (a)	32.611	25.628
Provisão para perda esperada (b)	(9)	(5)
Total	32.602	25.623

- (a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária, créditos a receber decorrentes de vale pedágio e créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) prevista no contrato de concessão; e
- (b) Reflete a perda esperada das operações, referentes aos créditos a receber citados no item (a).

7.2. Aging do contas a receber

Idade de vencimentos dos títulos	31/03/2025	31/12/2024
Créditos a vencer	32.362	25.619
Créditos vencidos até 60 dias	240	4
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	-	3
Créditos vencidos a mais de 180 dias	9	2
Total	32.611	25.628

8. Imposto de renda e contribuição social**8.1. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - diferidos**

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

Conciliação do imposto de renda e contribuição social	31/03/2025	31/03/2024
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	25.902	(95.842)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	(8.807)	32.586
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
IR e CS não constituído sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias (a)	-	(33.770)
IR e CS constituído sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias	3.970	-
Despesas indedutíveis	(78)	(39)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(17)	(17)
Incentivos relativos ao imposto de renda	106	-
Atualização monetária sobre créditos tributários (Selic)	23	16
Outros ajustes tributários	6	4
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(4.797)	(1.220)
Impostos diferidos	(4.797)	(1.220)
Alíquota efetiva de impostos	18,52%	-1,27%

- (a) Em função de não haver expectativa de lucro tributável futuro, o reconhecimento do imposto de renda e da contribuição social diferidos foi limitado ao passivo fiscal diferido.

Notas Explicativas

8.2. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

Imposto de renda e a contribuição social diferidos	31/03/2025	31/12/2024
Ativo	79.132	79.239
Estimativa de perda Lei n.º 13.448/2017	74.756	73.390
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.052	1.436
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e contratuais	3.101	4.184
Programa de gratificação longo prazo	218	226
Arrendamento	3	2
Provisão para perda esperada - contas a receber	2	1
Compensação de imposto ativo	(79.132)	(79.239)
Impostos ativos após compensação	-	-
Passivo	(79.132)	(79.239)
Capitalização de juros	(75.978)	(75.978)
Custo de transação de financiamentos	(3.154)	(3.261)
Compensação de imposto passivo	79.132	79.239
Impostos passivos após compensação	-	-
Imposto diferido líquido	-	-

Movimentação do imposto diferido	2025	2024
Saldos em 1º de janeiro	-	(62)
Reconhecimento no resultado	-	(1.220)
Saldos em 31 de março	-	(1.282)

A Companhia não registrou o ativo fiscal diferido sobre o saldo de prejuízo fiscal e base negativa no montante de R\$ 1.419.783 (R\$ 482.726 - efeito tributário em 31 de março de 2025) e em 31 de dezembro de 2024 montante de R\$ 1.184.996 (R\$ 402.899 - efeito tributário), por não haver expectativa de geração de lucro tributável no futuro.

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, assim como as transações que influenciaram os resultados dos trimestres findos em 31 de março de 2025 e 2024, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, suas controladoras e outras partes relacionadas.

Saldos	31/03/2025			31/12/2024		
	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
Ativo	5	13.041	13.046	1	12.576	12.577
Bancos conta movimento	-	13.039	13.039	-	12.575	12.575
Contas a receber	5	2	7	1	1	2
Passivo	43.965	22	43.987	36.004	19	36.023
Fornecedores e contas a pagar	43.965	22	43.987	36.004	19	36.023

Notas Explicativas

Transações	31/03/2025			31/03/2024		
	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
Custos / despesas - infraestrutura utilizada	-	(1)	(1)	-	(2)	(2)
Custos / despesas - seguros	-	(523)	(523)	-	-	-
Custos / despesas - benefício da previdência privada de colaboradores	-	(18)	(18)	-	(5)	(5)
Custos / despesas - benefício em vales a colaboradores	-	(1.331)	(1.331)	-	-	-
Despesas financeiras - juros e variações monetárias	-	(232)	(232)	-	(237)	(237)
Despesas de prestação de garantias em emissão de dividas	(1.360)	-	(1.360)	(1.395)	-	(1.395)
Receitas de aplicação financeiras	-	-	-	-	749	749
Repasse de custo e despesas - CSC (*)	(8.512)	-	(8.512)	(6.356)	-	(6.356)
Repasse de custo e despesas de colaboradores	(14)	(4)	(18)	(459)	-	(459)

(*) No trimestre findo em 31 de março de 2025, a Companhia realizou o pagamento de R\$ 1.946 referente aos repasses de custos e despesas com a Controladora Motiva.

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 12 de abril de 2025, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da administração e diretoria da Companhia de até R\$ 1.000, incluindo honorários, gratificações, benefícios, remuneração variável pagas no ano e contribuição para seguridade social.

Durante o período findo em 31 de março de 2025, foi repassado através de rateio da Controladora os montantes de R\$ 481 e R\$ 689, referente as despesas e pagamentos de PPR com profissionais chave, respectivamente, não há outras remunerações da Administração.

9.1. Taxas contratuais de transações com partes relacionadas

Taxas remuneração - garantias	31/03/2025	31/12/2024
De 0,80% a.a.	(1.360)	(5.581)
Total	(1.360)	(5.581)

10. Ativo imobilizado e imobilizações em andamento

	Imobilizado			Imobilizações em andamento	Total imobilizado
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Total em operação		
Saldo em 1º de janeiro de 2024	-	-	-	-	-
Adições	-	-	-	1.226	1.226
Transferências	7	29	36	(36)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	33	33	-	33
Depreciação	-	(2)	(2)	-	(2)
Saldo em 31 de março de 2025	7	60	67	1.190	1.257
Custo	7	62	69	1.190	1.259
Depreciação acumulada	-	(2)	(2)	-	(2)
Saldo em 31 de março de 2025	7	60	67	1.190	1.257
Taxa média anual de depreciação %					
Em 31 de março de 2025	10	20			

Notas Explicativas

11. Intangível e infraestrutura em construção

	Intangível			Total em operação	Infraestrutura em construção	Total do intangível
	Exploração da infraestrutura concedida	Sistemas informatizados	Sistemas informatizados em andamento			
Saldo em 1º de janeiro de 2024	-	-	-	-	-	-
Adições	-	-	464	464	11.128	11.592
Transferências	1.902	440	(442)	1.900	(1.900)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	(645)	(645)	-	(645)
Reclassificação do contas a receber do Poder Concedente	369.991	919	1.358	372.268	598	372.866
Amortização	(41.619)	(479)	-	(42.098)	-	(42.098)
Outros	-	-	-	-	(372)	(372)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	330.274	880	735	331.889	9.454	341.343
Custo	594.395	12.535	735	607.665	9.454	617.119
Amortização acumulada	(264.121)	(11.655)	-	(275.776)	-	(275.776)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	330.274	880	735	331.889	9.454	341.343
Adições	-	-	2	2	1.731	1.733
Transferências	800	-	-	800	(800)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	(33)	(33)	-	(33)
Saldo em 31 de março de 2025	331.074	880	704	332.658	10.385	343.043
Custo	595.195	12.535	704	608.434	10.385	618.819
Amortização Acumulada	(264.121)	(11.655)	-	(275.776)	-	(275.776)
Saldo em 31 de março de 2025	331.074	880	704	332.658	10.385	343.043
Taxa média anual de amortização %						
Em 31 de março de 2025	(*)	(*)				

(*) Amortização considerará o prazo de concessão repactuado pelo novo contrato de concessão, a partir da assinatura do Termo Aditivo de Modernização Definitivo.

12. Fornecedores

	31/03/2025	31/12/2024
Circulante	15.078	18.081
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais	6.299	9.081
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros	13	-
Cauções e retenções contratuais	8.766	9.000
Não circulante	3.716	4.759
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais	3.716	4.759
Total	18.794	22.840

Referem-se principalmente a contratações de fornecedores e prestações de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.

13. Obrigações sociais e trabalhistas

	31/03/2025	31/12/2024
Circulante	7.251	9.744
Salários e remuneração a pagar	1.422	1.734
Benefícios, gratificações e participações a pagar	703	3.056
Encargos sociais e previdenciários	1.315	1.464
Provisão para férias e 13º salário	3.811	3.490
Total	7.251	9.744

Notas Explicativas

14. Financiamentos

Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.) (a)	Vencimento final	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	31/03/2025	31/12/2024	
BNDES - FINEM I (Subcrédito A e R1)	TJLP + 2% a.a.	2,2338%	Março de 2039	17.013	7.024	537.697	544.761	(b) (c) (d)
Caixa Econômica Federal	TJLP + 2% a.a.	2,1918%	Março de 2039	2.598	1.105	102.485	103.836	(b) (c) (d)
Caixa Econômica Federal	TJLP + 2% a.a.	2,4844%	Março de 2039	2.671	1.147	42.000	42.541	(b) (c) (d)
Total geral						9.276	682.182	691.138

	31/03/2025	31/12/2024
Circulante	50.095	50.026
Financiamentos	51.312	51.262
Custos de transação	(1.217)	(1.236)
Não Circulante	632.087	641.112
Financiamentos	640.146	649.468
Custos de transação	(8.059)	(8.356)
Total	682.182	691.138

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada;

Garantias:

- (b) Cessão de contas bancárias, indenizações e recebíveis;
(c) Garantia real; e
(d) 100% aval/fiança corporativa da Motiva.

Cronograma de desembolsos (não circulante)	31/03/2025
2026	36.931
2027	49.242
2028	49.242
2029	49.242
2030 em diante	455.489
(-) Custos de transação	(8.059)
Total	632.087

A Controladora Motiva, até o *completion* total, obriga-se a manter índice Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 4,5, apurado anualmente, com data-base em 31 de dezembro, com base nas demonstrações financeiras auditadas. Em relação à Companhia, esta deverá apresentar ICSD igual ou superior a 1,2, Índice de Cobertura "Manutenção" sobre o Serviço da Dívida (inclui a realização da provisão de manutenção) igual ou superior a 1 e apresentação do índice PL/Ativo maior ou igual a 0,2. O resgate antecipado é permitido mediante aprovação do BNDES. Não há quebra de *covenants* relacionados aos financiamentos.

Conforme cláusula quarta do contrato firmado com BNDES, a partir de 16 de janeiro de 2019, a Companhia deve efetuar depósitos em conta reserva, na qual permanecerão bloqueados durante todo o prazo do contrato de financiamento. Em 31 de março de 2025, o saldo aplicado totaliza R\$ 27.328.

Notas Explicativas

15. Riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e contratuais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e contratuais.

15.1. Processos com prognóstico de perda provável

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	Cíveis e administrativos	Trabalhistas e previdenciários	Contratuais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	13.014	2.615	1.638	17.267
Constituição	763	841	-	1.604
Reversão	(353)	(305)	-	(658)
Pagamentos	(4.460)	(1.128)	-	(5.588)
Atualização de bases processuais e monetária	306	79	-	385
Saldo em 31 de março de 2025	9.270	2.102	1.638	13.010

15.2. Processos com prognóstico de perda possível

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

	31/03/2025	31/12/2024
Cíveis e administrativos	4.744	5.185
Trabalhistas e previdenciários	2.381	1.571
Total	7.125	6.756

16. Obrigações parceladas

	Circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	336	336
Atualização monetária	5	5
Pagamentos	(170)	(170)
Saldo em 31 de março de 2025	171	171

Notas Explicativas

17. Patrimônio líquido

17.1. Lucro (prejuízo) básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	31/03/2025	31/03/2024
Numerador		
Lucro (prejuízo)	21.105	(97.062)
Denominador		
Média ponderada de ações (em milhares)	1.088.000	1.088.000
Lucro (prejuízo) por ação - básico e diluído	0,01940	(0,08921)

17.2. Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em Ações

Neste trimestre não houve outorga de novos Planos de Incentivos de Longo Prazo. O plano vigente segue com as mesmas características divulgadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

No trimestre findo em 31 de março de 2025, foi reconhecido como despesa, em contrapartida a reserva de capital, o montante de R\$ 21.

18. Receitas operacionais líquidas

	31/03/2025	31/03/2024
Receita bruta	112.588	71.416
Receitas de pedágio	108.408	42.286
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	1.731	2.719
Receitas acessórias	2.449	2.343
Receitas de remuneração de contas a receber do Poder Concedente	-	24.068
Deduções das receitas brutas	(9.475)	(6.783)
Impostos sobre receitas	(9.464)	(6.769)
Devoluções e abatimentos	(11)	(14)
Receita operacional líquida	103.113	64.633

Notas Explicativas

19. Resultado financeiro

	31/03/2025	31/03/2024
Despesas financeiras	(18.536)	(44.494)
Juros e variações monetárias sobre financiamentos	(16.912)	(15.625)
Variação monetária sobre o excedente tarifário e TAC multas	-	(27.204)
Comissão de fianças com partes relacionadas	(1.360)	(1.395)
Juros sobre obrigações parceladas	(5)	(17)
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(1)	-
Ajuste a valor presente - arrendamentos	(2)	-
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(256)	(253)
Receitas financeiras	2.444	2.713
Rendimento sobre aplicações financeiras	2.343	2.630
Juros e outras receitas financeiras	101	83
Resultado financeiro líquido	(16.092)	(41.781)

20. Instrumentos financeiros

20.1. Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

		31/03/2025	31/12/2024
Ativo	Nível	128.451	120.001
Valor justo através do resultado		95.842	94.376
Caixa e bancos	Nível 2	14.725	14.679
Aplicações financeiras	Nível 2	53.789	51.778
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	Nível 2	27.328	27.919
Custo amortizado		32.609	25.625
Contas a receber das operações		32.602	25.623
Contas a receber de partes relacionadas		7	2
Passivo	Nível	(747.636)	(751.939)
Custo amortizado		(747.636)	(751.939)
Financiamentos (a)		(682.182)	(691.138)
Fornecedores e outras obrigações		(20.301)	(23.612)
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas		(43.987)	(36.023)
Obrigações com o Poder Concedente		(1.166)	(1.166)
Total		(619.185)	(631.938)

(a) Os valores contábeis estão líquidos dos custos de transação.

20.2. Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

Notas Explicativas

20.2.1. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de financiamentos, aplicações financeiras e auto de infração com o Poder Concedente, com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de março de 2026 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Risco	Exposição em R\$ ⁽⁵⁾⁽⁶⁾	Efeito em R\$ no resultado		
		Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
TJLP	(691.458)	(74.716)	(89.900)	(105.088)
Efeito sobre os financiamentos		(74.716)	(89.900)	(105.088)
Selic	(171)	(24)	(30)	(36)
Efeito sobre as obrigações parceladas		(24)	(30)	(36)
CDI	81.562	10.646	13.306	15.966
Efeito sobre as aplicações financeiras		10.646	13.306	15.966
Total do efeito de perda		(64.094)	(76.624)	(89.158)
As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾:				
	TJLP ⁽²⁾	8,6500%	10,8125%	12,9750%
	CDI ⁽³⁾	14,1500%	17,6875%	21,2250%
	Selic ⁽⁴⁾	14,2500%	17,8125%	21,3750%

- (1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo, sendo as mesmas utilizadas nos 12 meses do cálculo.

Nos itens (2) a (4) está detalhado as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Taxa de 31/03/2025, divulgada pela BNDES;
 (3) Taxa de 31/03/2025, divulgada pela B3;
 (4) Taxa de 31/03/2025, divulgada pelo Banco Central do Brasil;
 (5) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação, IRRF e não consideram os saldos de juros em 31/03/2025, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
 (6) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI, TJLP e Selic).

21. Demonstrações dos fluxos de caixa

21.1. Transações que não afetaram o caixa

Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram caixa no trimestre findo em 31 de março de 2024. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	31/03/2024
Varições nos ativos e passivos	11.996
Contas a receber do Poder Concedente	11.996
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	(11.996)
Outros de ativo imobilizado e intangível	(11.996)

21.2. Atividades de financiamento

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

Abaixo apresentamos o quadro de reconciliação das atividades de financiamento:

Notas Explicativas

	Financiamentos	Passivo de arrendamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(691.138)	(103)	(691.241)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	25.868	12	25.880
Pagamentos de principal	12.282	12	12.294
Pagamentos de juros	13.586	-	13.586
Outras variações que não afetam caixa	(16.912)	(2)	(16.914)
Juros e variações monetárias	(16.912)	-	(16.912)
Ajuste a valor presente	-	(2)	(2)
Saldo em 31 de março de 2025	(682.182)	(93)	(682.275)

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e aos Administradores da
Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A.
Campo Grande – MS

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Revisão dos valores correspondentes referentes ao período comparativo

Os valores correspondentes ao período de três meses findos em 31 de março de 2024, apresentados para fins de comparação foram revisados por outro auditor independente, cujo relatório sobre a revisão foi emitido em 09 de maio de 2024, sem modificação.

Campinas, 08 de maio de 2025

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-028.281/O-4 F SP

Élica Daniela da Silva Martins
Contadora CRC 1SP-223.766/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**

Em observância às disposições constantes no artigo 31, §1º, II, da Resolução CVM nº. 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria da Companhia declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da Grant Thornton Brasil ("GT") sobre as Informações Trimestrais da Companhia, emitido nesta data; e (ii) reviram, discutiram e concordam, por unanimidade, com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2025.

Campo Grande/MS, 08 de maio de 2025.

GUILHERME MOTTA GOMES
DIRETOR PRESIDENTE E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

FAUSTO CAMILOTTI
DIRETOR

ANGELO LUIZ LODI
DIRETOR

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 31, §1º, II, da Resolução CVM nº. 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria da Companhia declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da Grant Thornton Brasil ("GT") sobre as Informações Trimestrais da Companhia, emitido nesta data; e (ii) reviram, discutiram e concordam, por unanimidade, com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2025.

Campo Grande/MS, 08 de maio de 2025.

GUILHERME MOTTA GOMES
DIRETOR PRESIDENTE E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

FAUSTO CAMILOTTI
DIRETOR

ANGELO LUIZ LODI
DIRETOR